

**A EXPANSÃO DA MONOCULTURA DO DENDÊ NO ESTADO DO PARÁ E SEUS
REFLEXOS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ**

**THE EXPANSION OF OIL PALM MONOCULTURE IN THE STATE OF PARÁ
AND ITS EFFECTS ON THE MUNICIPALITY OF CONCÓRDIA DO PARÁ**

**LA EXPANSIÓN DEL MONOCULTIVO DE PALMA ACEITERA EN EL ESTADO
DE PARÁ Y SUS EFECTOS EN EL MUNICIPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-064>

Data de submissão: 05/08/2025

Data de publicação: 05/09/2025

Marizete Matos do Carmo

Mestranda em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba
E-mail: marizete.carmo@abaetetuba.ufpa.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9198-7589>

Pedro Chaves Baía-Júnior

Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental
Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba
E-mail: pedrojunior@ufpa.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3937-0776>

RESUMO

Este trabalho objetiva descrever o processo histórico de expansão da monocultura do dendê no estado do Pará e seus reflexos no município de Concórdia do Pará. Para tanto, foram realizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista semiestruturada com lideranças de sindicatos, associações e representantes do poder público municipal de Concórdia do Pará com atuação na temática. Os resultados indicam que o cultivo do dendê no estado do Pará teve início no ano de 1942, a partir de sementes provenientes do estado da Bahia. No ano de 2023, a produção de dendê oriunda da Amazônia representou cerca de 99% da produção nacional, sendo o Pará o principal produtor. A produção de dendê em Concórdia do Pará teve início em 2005, com uma produção modesta de 5.000 toneladas. Entretanto, observou-se um crescimento significativo de 560% até o ano de 2013, quando a produção alcançou 28.000 toneladas. No ano seguinte, 2014, ocorreu um aumento ainda mais acentuado, superior a 700%, elevando a produção para 214.800 toneladas. Esse avanço substancial está relacionado a um arranjo institucional articulado por órgãos públicos locais, os quais promoveram a implantação da dendeicultura como estratégia de geração de renda para agricultores familiares. Nesse contexto em 2010, iniciou-se um projeto voltado à agricultura familiar no município. Inicialmente, foram financiados 25 agricultores com projetos aprovados, e já no ano seguinte houve a adesão de um número maior de participantes, demonstrando a receptividade e o potencial de expansão da atividade no polo de Concórdia do Pará. Atualmente existem 64 agricultores familiares diretamente envolvidos com o cultivo do dendê neste município.

Palavras-chave: Neoextrativismo. Monocultura. Dendê. Concórdia do Pará.

ABSTRACT

This work aims to describe the historical process of the expansion of palm oil monoculture in the state of Pará and its reflections in the municipality of Concórdia do Pará. To this end, bibliographic research, documentary research, and semi-structured interviews were conducted with leaders of unions, associations, and representatives of the municipal government of Concórdia do Pará who are involved in the topic. The results indicate that palm oil cultivation in the state of Pará began in 1942, using seeds from the state of Bahia. In 2023, palm oil production from the Amazon accounted for about 99% of national production, with Pará being the main producer. The production of palm oil in Concórdia do Pará began in 2005, with a modest output of 5,000 tons. However, there was a significant growth of 560% until the year 2013, when production reached 28,000 tons. In the following year, 2014, there was an even more pronounced increase, exceeding 700%, raising production to 214,800 tons. This substantial advance is linked to an institutional arrangement orchestrated by local public agencies, which promoted the implementation of palm oil cultivation as a strategy for income generation for family farmers. In this context, a project focused on family agriculture was initiated in the municipality in 2010. Initially, 25 farmers with approved projects were financed, and already in the following year there was an increase in the number of participants, demonstrating the receptiveness and potential for expansion of the activity in the Concórdia do Pará hub. Currently, there are 64 family farmers directly involved in palm cultivation in this municipality.

Keywords: Neoextractivism. Monoculture. Palm Oil. Concórdia do Pará.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo describir el proceso histórico de expansión de la monocultura de palma aceitera en el estado de Pará y sus reflejos en el municipio de Concórdia do Pará. Para ello, se realizaron investigación bibliográfica, investigación documental y entrevistas semiestructuradas con líderes de sindicatos, asociaciones y representantes del poder público municipal de Concórdia do Pará que trabajan en el tema. Los resultados indican que el cultivo de palma aceitera en el estado de Pará comenzó en el año 1942, a partir de semillas provenientes del estado de Bahía. En el año 2023, la producción de palma aceitera originada de la Amazonía representó alrededor del 99% de la producción nacional, siendo Pará el principal productor. La producción de palma aceitera en Concórdia do Pará comenzó en 2005, con una producción modesta de 5.000 toneladas. Sin embargo, se observó un crecimiento significativo del 560% hasta el año 2013, cuando la producción alcanzó 28,000 toneladas. En el año siguiente, 2014, se produjo un aumento aún más pronunciado, superior al 700%, elevando la producción a 214,800 toneladas. Este avance sustancial está relacionado con un arreglo institucional articulado por organismos públicos locales, los cuales promovieron la implementación de la producción de palma aceitera como estrategia de generación de ingresos para agricultores familiares. En este contexto, en 2010, se inició un proyecto orientado hacia la agricultura familiar en el municipio. Inicialmente, se financiaron 25 agricultores con proyectos aprobados, y ya en el año siguiente hubo la adhesión de un mayor número de participantes, lo que demuestra la receptividad y el potencial de expansión de la actividad en el polo de Concórdia do Pará. Actualmente, hay 64 agricultores familiares directamente involucrados con el cultivo de palma aceitera en este municipio.

Palabras clave: Neoextractivismo. Monocultura. Dendê. Concórdia do Pará.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia vem há tempos sendo palco de diferentes políticas de desenvolvimento formuladas pelo estado brasileiro, os quais repercutem de maneira negativa tanto sobre seus recursos naturais como seus povos e comunidades tradicionais. Planejados de maneira exógena, estas políticas constituem na tentativa de inserir a região amazônica na lógica de mercado, sem considerar, no entanto, suas particularidades ecológicas e socioculturais (BECKER, 2001; MONTEIRO; COELHO, 2004; FREITAS, 2012).

O conjunto das diferentes políticas de desenvolvimento formuladas para a região amazônica incentivaram o desenvolvimento da monocultura, da pecuária, de grandes obras de infraestrutura (estradas, portos, hidrelétricas etc.), da grande mineração e do garimpo e a expansão de assentamentos humano em várias áreas. Este conjunto de atividades estão entre as principais responsáveis pela destruição e degradação ambiental da Amazônia, ocasionando não apenas a perda da biodiversidade e dos habitats naturais, alterações no clima local e global, mas também a diminuição da qualidade de vida, em especial, das populações que habitam as áreas de florestas e são extremamente dependentes de recursos naturais para sua subsistência (DOMINGUES; BERMANN, 2012; FEARNSSIDE, 2015; LIMA, 2016; FEARNSSIDE, 2020).

Deste modo, a monocultura de dendê (*Elaeis guineensis*), ao constituir-se em uma frente neo-extrativista de desenvolvimento, dedicada à produção de matéria-prima de agrocombustíveis e da agroindústria alimentícia, vem expandindo-se na Amazônia paraense a partir da ação de planejamento e estruturação do próprio Estado brasileiro, o qual, ao criar planos e programas para viabilizar o desenvolvimento da região, foi fundamental para fazer a produção do dendê alcançar a condição de agronegócio, que fazem da região amazônica a maior produtora de dendê do Brasil (NAHUM; SANTOS; SANTOS, 2020; MELO; BERRETA, 2024).

A microrregião de Tomé-Açu, no estado do Pará, da qual fazem parte os municípios de Concórdia do Pará, Acará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu, tem experimentado transformações significativas em sua paisagem socioeconômica e ambiental nas últimas décadas, impulsionados pela expansão da monocultura do dendê, a qual, promovida como alternativa de desenvolvimento sustentável e de geração de renda, vem sendo amplamente incentivada por políticas públicas e investimentos privados, sobretudo em áreas ocupadas por agricultores familiares (SANTOS; SILVA, 2023; MELO; BERRETA, 2024).

Não diferente de outras atividades produtivas incentivadas na região, a monocultura do dendê responde por inúmeros impactos socioambientais nas áreas onde vem sendo desenvolvida, conforme descrito por autores como Naum e Santos (2013), Sousa e Macedo (2019) Damiani et al. (2020),

Bianchini (2022), Santos e Silva (2023) e Melo e Berreta (2024), com reflexos diretos na vida dos agricultores familiares, independentes de estarem ou não envolvidos diretamente com esta atividade produtiva.

A perda da vegetação nativa e o aumento do desmatamento é um dos impactos mais preocupantes, pois contribui significativamente para o aumento das emissões de gases do efeito estufa, promove a redução na riqueza e abundância da biodiversidade e diminui significativamente as estratégias de sobrevivências das comunidades tradicionais da região. E, o cultivo de uma única espécie agrícola e o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas plantações geram, respectivamente, o desgaste e empobrecimento nutricional das terras agricultáveis e a contaminação do solo e de recursos hídricos, causando danos irreversíveis aos ecossistemas locais e danos à saúde da população humana (risco de contaminação ambiental e ocorrência de problemas de saúde).

Além disso, a expansão da monocultura de dendê vem acompanhada de inúmeros impactos socioambientais, pois embora a produção em larga escala de óleo de palma possa gerar lucros significativos para as empresas envolvidas, muitas vezes isso ocorre à custa das comunidades locais. A concentração de terras nas mãos de grandes empresas resultou na expulsão de pequenos agricultores, com o conseqüente aumento do fluxo migratório para as cidades; no enfraquecimento e mudança da economia local e, não obstante, na dimensão identitária desses agricultores. Com isso, tem-se uma dependência excessiva da monocultura do dendê, o que pode tornar as comunidades vulneráveis a flutuações nos preços globais do óleo de palma.

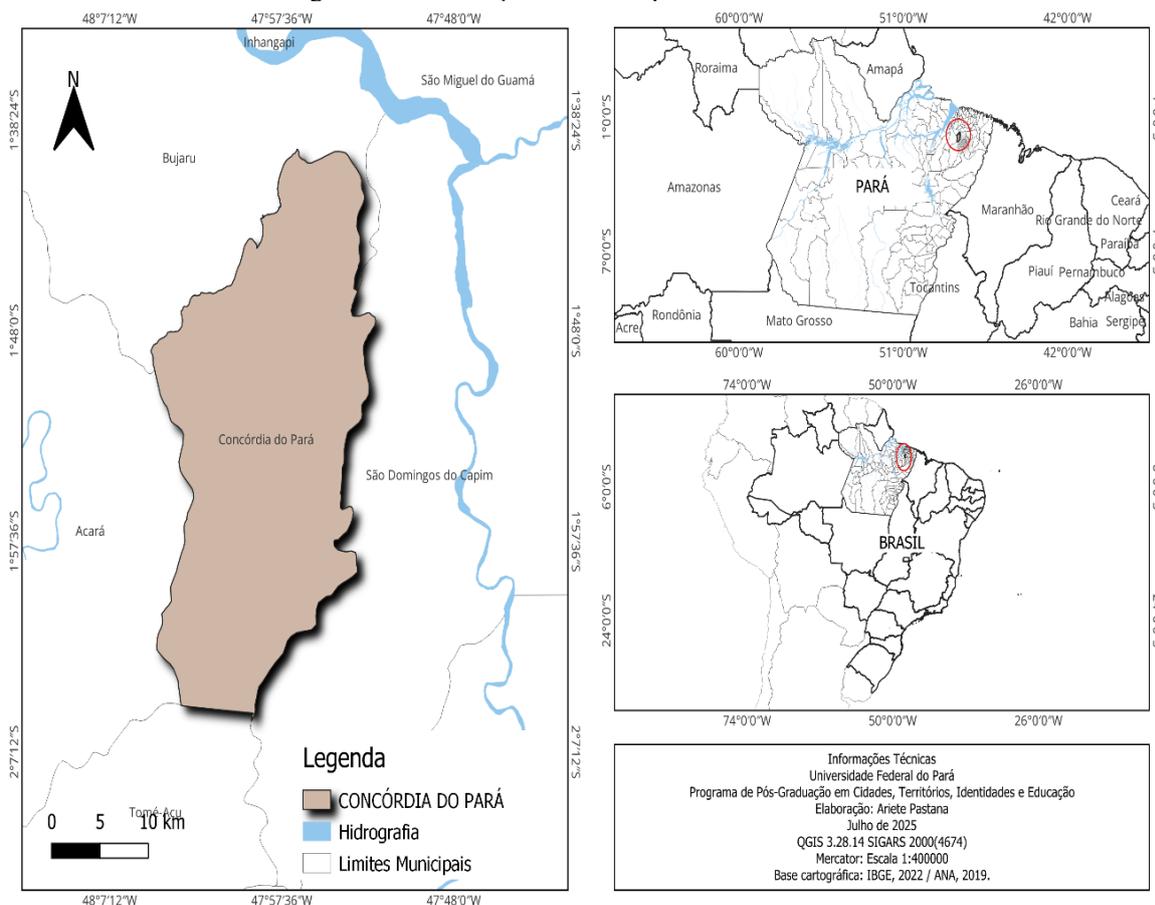
Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo descrever o processo histórico de expansão da monocultura do dendê no estado do Pará e seus reflexos no município de Concórdia do Pará.

2 METODOLOGIA

2.1 ÁREA DE ESTUDO

O município de Concórdia do Pará (Figura 1) está inserido na região de integração Rio Capim, segundo a divisão de região de integração elaborado pelo governo do estado, e na mesorregião do Nordeste Paraense e microrregião de Tomé-Açu, segundo a divisão geográfica regional, elaborada pelo IBGE. Distante aproximadamente 149 km de distância (de condução) da capital paraense, sua sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: latitude de 01° 59' 36" sul e longitude de 47° 56' 42" oeste (FAPESPA, 2024).

Figura 1 – Localização do Município Concórdia do Pará



Fonte: autores (2025)

O município de Concórdia do Pará possui uma área territorial de 701 km², uma população estimada de 28.287 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de aproximadamente 38,37 habitantes por quilômetro quadrado, e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) registrado de 0,566 o que lhe confere a 87/144 posição no ranking de IDH-M do estado do Pará, evidenciando a existência de significativos desafios relacionados ao desenvolvimento socioeconômico local (IBGE, 2025).

2.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para o desenvolvimento desse trabalho foram utilizadas pesquisa bibliográfica (GIL, 2008), pesquisa documental (LIMA-JÚNIOR et al, 2021) e entrevista semiestruturada (ALBUQUERQUE et al., 2021). Para a pesquisa bibliográfica foram levantados artigos científicos, livros, dissertações e teses, coletados em plataformas especializadas como o Google Acadêmico, o Portal de Periódicos da CAPES, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, repositórios institucionais de universidades e acervos de bibliotecas digitais.

Para a pesquisa documental foram levantados relatórios técnicos, documentos oficiais, atas e demais materiais relevantes sobre o assunto, coletados em órgãos públicos, associações e sindicatos do município de Concórdia do Pará. Além disso, foram utilizados dados públicos de produtividade e área colhida de dendê no Brasil e estado do Pará, disponíveis no IBGE-SIDRA (2025). Estes foram organizados em gráficos e tabelas a partir do programa Microsoft Excel.

As entrevistas, realizadas a partir de formulários semiestruturados, foram realizadas com lideranças de sindicatos, associações e representantes do poder público municipal de Concórdia do Pará com atuação na temática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cultivo de dendê na região amazônica teve início no ano de 1942, a partir de sementes provenientes de dendezaís localizados no estado da Bahia, conhecendo desde então diferentes fases. Segundo Homma (2016, p. 9):

(...) a cultura do dendezeiro teve diversas fases, com credibilidade como planta econômica, mediante o plantio experimental realizado pela Sudam, em 1968, em contraposição ao aproveitamento das oleaginosas nativas, seguindo-se a fase Denpasa, durante as décadas de 1970 e 1980, a fase Agropalma, a partir da década de 1990, e a expansão de grandes empresas planejadas para produção de biodiesel, a partir da década de 2010, as quais foram revertidas com a crise econômica

De modo geral, pode-se afirmar que a região amazônica era considerada como promissora para a cultura do dendê, por razões que vão desde a proximidade aos grandes mercados consumidores, como o fato de possuir extensas áreas com possibilidades para o desenvolvimento desta cultura, apresentar terras e mão-de-obra com preço geralmente inferior aos de outras regiões do país (MULLER, 1980). Neste sentido, Homma (2005) ao abordar as oportunidades da lavoura de biomassa, em substituição à gasolina e ao óleo diesel, destaca que a ocupação de áreas desmatadas da Amazônia para o cultivo do dendê poderiam colocar o Brasil, a médio e a longo prazos, por meio de um plantio ordenado, próximo a Malásia ou Indonésia, os grandes produtores mundiais de óleo de palma na época do estudo. Segundo este autor, a produção nacional de óleo de dendê abastecia na época apenas um terço do consumo aparente, indicando a necessidade de se triplicar a atual área em produção estimada em sessenta mil hectares. Considerando a opção como biodiesel com 2% de mistura, seria necessário dispor de mais cem mil hectares.

Contudo, a expansão da produção do dendê na Amazônia brasileira e, em especial, no Pará, se deu a partir da ação de planejamento e estruturação do próprio Estado, que ao criar planos e programas

para viabilizar o desenvolvimento da região, foi fundamental para fazer a produção do dendê alcançar a condição de agronegócio (VIEIRA *et al.*, 2019; NAHUM; SANTOS; SANTOS, 2020).

Neste sentido, merece destacar que foi a partir da iniciativa da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)¹, que teve início o plantio do dendê, em escala industrial, no Estado do Pará. Esta instituição firmou convênio, em 1967, com o *Institut de Recherches pour les Huiles et Oleagineux* (IRHO) para implantar e desenvolver o bloco-piloto de 1.500 ha do Projeto de Dendê, o que seria a primeira plantação comercial de dendezeiros no estado, localizada no km-9 da Rodovia PA-391 (Belém-Mosqueiro), Município de Benevides, atual Município de Santa Bárbara. Em um segundo momento, através de licitação pública, essa área foi transferida para a iniciativa privada, surgindo então a empresa Dendê do Pará S.A. (DENPASA) (MÜLLER *et al.*, 1989; MÜLLER; FURLAN JÚNIOR; CELESTINO FILHO, 2006).

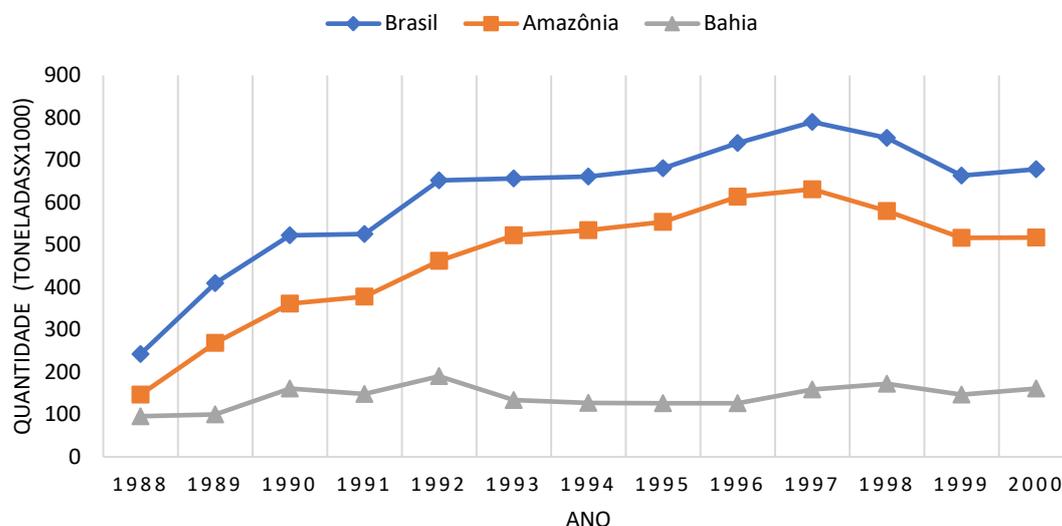
Além disso, em 1980 foi aprovado, pelo Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o projeto da Reflorestadora da Amazônia S.A. (REASA) que previa o plantio de 3.000 ha com dendezeiros e instalação de uma usina para processamento dos cachos. O projeto foi implantado na rodovia PA-252 (Moju-Acará), município de Moju. Em 1990, ele foi adquirido, em parte, pela Marborges Agroindústria S.A. (Marborges). Em 1992, houve a instalação da usina de extração de óleo da Marborges, com capacidade para 9,0 t de cachos/hora.

Em 1988 o Brasil produziu 242.779 toneladas de cachos de dendê, sendo a 61% (14.6883 t) proveniente da Amazônia e 39% (95.896 t) do estado da Bahia. Um valor que reflete o quantitativo de área de dendê plantada no país, pois segundo MÜLLER *et al.* (1989), em 1988 o Brasil possuía uma área plantada de 48.238 ha de dendê, dos quais 72,4% estava localizada na Amazônia, com o Amazonas, possuindo 882 ha (1,8%), o Amapá 4.250 ha (8,8%) e o Pará liderando com área plantada de 29.806 ha, o que representava 61,8% do total nacional.

Ao longo dos últimos anos do século XIX a Amazônia foi assumindo o protagonismo na produção nacional do dendê, chegando no ano 2000 com uma produção 3,5 vezes maior da observada em 1988, o que a fez responder por 76% (517.297t) da produção nacional, contra 31% do estado da Bahia, que experimentou, no mesmo período, um aumento de apenas 1,7 vezes (Figura 2).

¹ Criada em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), assumiu a função de planejamento e execução da política federal de desenvolvimento para a região amazônica. No âmbito da SPVEA foram elaborados o Programa de Emergência (1954) e, logo em seguida, o Plano Quinquenal (1955-1959), ambos marcadamente assentados nas ideias de substituição do modelo rural extrativista de desenvolvimento vigente na Amazônia por outro baseado em uma economia agrícola, concentrada em áreas selecionadas, onde se tem acesso a transportes e a bens naturais, bem como possibilidades de industrialização (D'ARAUJO, 1992).

Figura 2 – Evolução da produção de dendê na Amazônia em comparação com o Brasil e o estado da Bahia, no período de 1988 a 2000.

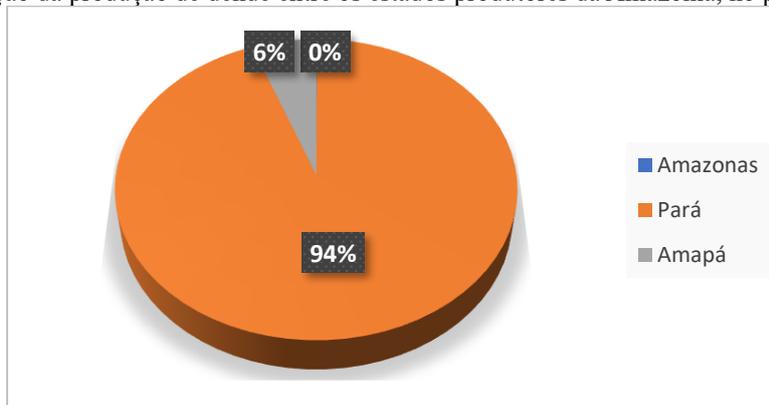


Fonte: Autores (2025) a partir de dados de IBGE Sidra (2025)

Neste período, 1988 a 2000, o estado do Pará foi o principal produtor de dendê na Amazônia brasileira, respondendo por 94% da quantidade total produzida na região, o que correspondeu a 5.739.651 toneladas de cachos de dendê. O estado do Amapá ficou em segundo lugar em termos de produção, com 6% da produção da região, o que equivale a 345.450 toneladas. O estado do Amazonas teve uma produção muito incipiente, com apenas 1.135 toneladas, distribuídas entre anos 1996 a 2000 (Figura 3).

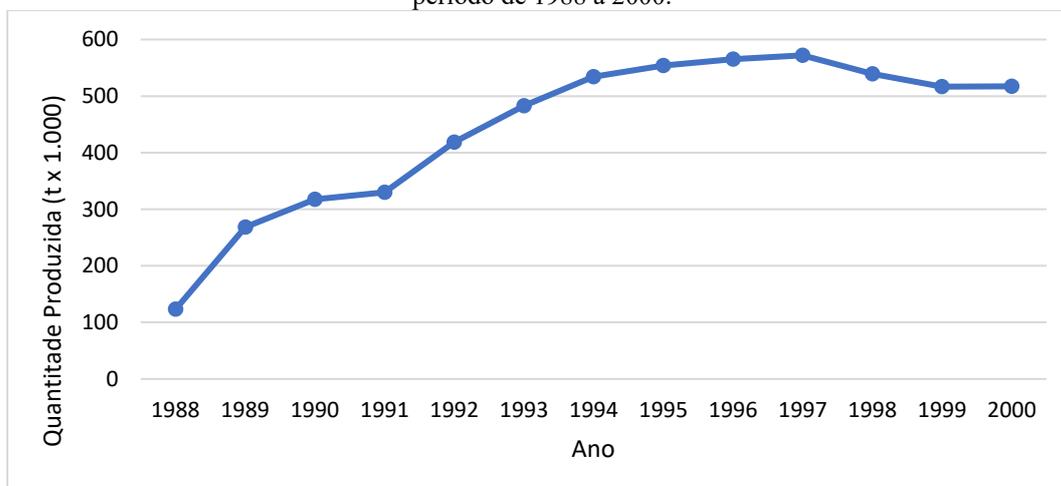
Além da alta taxa de produção, o Pará manteve uma produtividade ascendente ao longo do período de 1988 a 2000, com o pico de produção no ano de 1997, onde foi registrado uma produção de 572.011 toneladas (Figura 4). Neste período, o estado do Pará passou de uma produção de 123.141 para 517.114 toneladas, o que representou um aumento de cerca de 400%.

Figura 3 – Comparação da produção de dendê entre os estados produtores da Amazônia, no período de 1988 a 2000



Fonte: Autores (2025) a partir de dados de IBGE Sidra (2025)

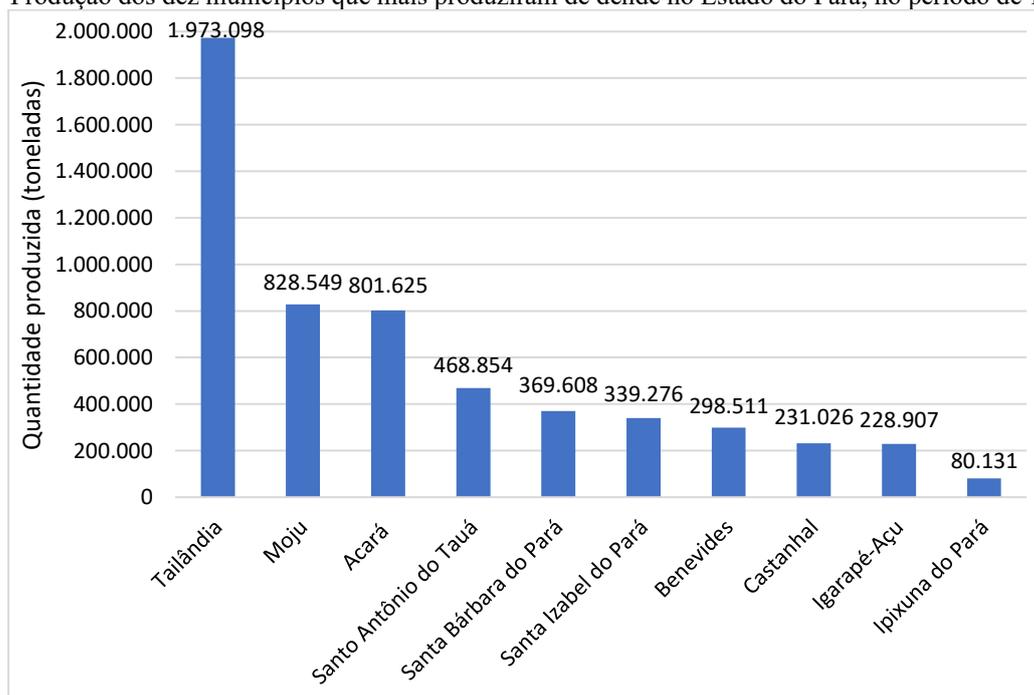
Figura 4 – Evolução da produção de dendê no estado do Pará, em comparação com o Brasil e o estado da Bahia, no período de 1988 a 2000.



Fonte: Autores (2025) a partir de dados de IBGE Sidra (2025)

Analisando os municípios produtores de dendê do estado do Pará, no período de 1988 a 2000, observa-se que dez municípios concentraram 98% (5.619.585 toneladas) da produção (Figura 5), com destaque para o município de Tailândia, que sozinho produziu 1.973.098 toneladas de canhos de dendê, o que corresponde a 34% de toda a produção estadual do período. Outros municípios, representaram apenas 2% da produção estadual do período, a saber: Vigia; Tomé-Açu; São Francisco do Pará; Maracanã; Santa Maria do Pará; Inhangapi; Bujaru; Santa Luzia do Pará; São Domingos do Capim; Ourém; Abaetetuba; e, Óbidos.

Figura 5 – Produção dos dez municípios que mais produziram de dendê no Estado do Pará, no período de 1988 a 2000.



Fonte: Autores (2025) a partir de dados de IBGE Sidra (2025)

Contudo, conforme destacado por autores Barcelos, Rodrigues e Morales (1999), inexistiam até o final do século XX, nas diversas esferas governamentais, políticas fiscais, monetárias ou creditícias destinadas especificamente ao incentivo do agronegócio do dendê. Mas, na primeira década do século XXI, o Estado brasileiro implementou um conjunto de políticas que favoreceram o aumento da produção do dendê na Amazônia, com destaque para as políticas públicas de fomento à diversificação da matriz energética do país, durante a gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), a saber: o Plano Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB); e, o Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palma (PSOP).

Na década de 1980, quando a Dendencultura se estabeleceu às margens da PA-150, ainda não era considerada política de Estado, assumindo essa forma no início do século XXI com o Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e do Programa da Palma, exigindo grandes extensões de terra para formar um arranjo espacial composto de plantios com diferentes idades, áreas de expansão, de reserva, viveiros, estradas e a infraestrutura da agroindústria que, entre outras, inclui um parque industrial, com máquinas, veículos, equipamentos e habitações para os recursos humanos (NAHUM; SANTOS, 2016, p. 288).

O PNPB (Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel), lançado em dezembro de 2004, teve como objetivo inicial introduzir o biodiesel na matriz energética do país, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional. Concebido com base em um cenário de altos preços do petróleo e uma crescente demanda por combustíveis de fontes renováveis (NASS; PEREIRA; ELLIS, 2007), o PNPB teve os seguintes objetivos específicos: (a) implementação de um programa sustentável que promova inclusão social; (b) garantia de competitividade de preços, qualidade e fornecimento, e (c) produção de biodiesel a partir de diferentes espécies vegetais oleaginosas (VIEIRA et al., 2019).

O PSOP, lançado em maio 2010, no município de Tomé-Açu, no Pará, com o objetivo de promover a expansão do cultivo do dendê em vista da extração do seu óleo (azeite de dendê) na Amazônia e no Nordeste brasileiro. Essa política foi instrumentalizada através do Decreto Nº 7.172/2010 que aprovou o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo, o qual tinha como objetivo orientar a expansão da produção brasileira da cultura da palma, em base técnico-científica, de forma a garantir a sustentabilidade em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais (BRASIL, 2010).

De modo específico, o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo objetivava: i) oferecer alternativas econômicas sustentáveis aos produtores rurais da região; ii) oferecer base para o planejamento do uso sustentável das terras em consonância com a legislação vigente; iii) propiciar o ordenamento territorial nas áreas antropizadas da região em conformidade com os Zoneamentos Ecológico e Econômico de cada estado; e, iv) fornecer bases para o planejamento de polos de

desenvolvimento no espaço rural em alinhamento com as políticas públicas dos diferentes níveis de governo (BRASIL, 2010).

Para tanto, o Zoneamento Agroecológico da Cultura da Palma de Óleo definiu dois grandes grupos de áreas para o estabelecimento de suas ações no território nacional, ambas consideradas de baixo risco climático, a saber: a) áreas antropizadas aptas dos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima; e, áreas antropizadas aptas dos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe (BRASIL, 2010).

Conforme destacado por Nahum e Santos (2016), o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo, ao reeditar a ideia da Amazônia como espaço vazio e área de fronteira de ocupação, desencadeou um aumento pela procura de terra na região para a Dendencultura, impulsionando o capital especulativo alicerçado na terra, e favoreceu a entrada de multinacionais:

Na segunda década do século XXI, multinacionais como a Vale e a Petrobras, que, historicamente, tem seu foco em setores não agrícolas, orientam partes de seus recursos técnicos, humanos e financeiros para produção de óleo de palma de dendê utilizável na composição do biodiesel, edificando empresas como Biopalma, uma empresa Vale, e Petrobras Biocombustível. Políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos promoveram uma verdadeira varredura fundiária, mapeando imóveis rurais potencialmente qualificados para Dendencultura. Fazendas agropecuárias, sítios, chácaras, produtivos ou não, foram negociados, impulsionando o capital especulativo alicerçado na terra. O montante do capital especulativo aumentava quando a terra era revendida para os novos empreendedores da Dendencultura de energia. (NAHUM; SANTOS, 2016, p. 285)

Deste modo, o PSOP tinha como interesse primário a expansão da produção brasileira do óleo de palma, uma vez que esta era ainda muito pequena, em um mercado internacional fortemente dominado pela Malásia e a Indonésia, que juntas correspondiam a 87% da produção mundial:

Em 2010, o óleo de palma correspondia a 45,8 milhões de toneladas por ano frente as 37,8 toneladas/ano do óleo de soja. Desse total, a Malásia e a Indonésia dominavam a produção com 21,4 e 18,5 milhões de toneladas, correspondendo a 87% da produção mundial. O Brasil, produzia apenas 184 mil toneladas ao ano ou 0,4% da produção mundial. A produção brasileira concentrava-se no Estado do Pará (87% do total) e tinha um total de 72 mil hectares plantados. (FERREIRA; ANDRADE; SILVA, 2019)

Segundo Homma e Vieira (2015), o PSOP mostrou-se como mais um importante desafio à produção agroenergética brasileira, gerando a previsão do plantio na Amazônia de 350.000 ha de dendezeiros, com utilização apenas de áreas desmatadas, sem prejudicar outras atividades produtivas, e gerando a perspectiva de um novo ciclo econômico na região. De forma comparativa, os autores destacam que a Malásia e a Indonésia, os dois maiores produtores mundiais na época, possuíam

respectivamente 4 e 5,4 milhões hectares de dendezeiros em produção, com limitações de espaço e fortes impactos ambientais.

Na tentativa de garantir a sustentabilidade social e ambiental da produção e o respeito às legislações vigentes, algumas iniciativas foram tomadas em níveis nacional e regional, a exemplo do Selo Combustível Social e o Protocolo Socioambiental do Estado do Pará. O Protocolo Socioambiental para a Produção de Óleo de Palma no Estado do Pará foi um instrumento oficial e de adesão voluntária, assinado por oito das doze empresas atuantes no estado em 2010, que teve seguintes diretrizes principais: i) o não estabelecimento de novos empreendimentos produtivos em áreas cujo desmatamento tenha sido realizado após o ano de 2006; ii) a implantação das áreas produtivas de forma a evitar a ocorrência de plantios contínuos (monoculturas) entre duas ou mais unidades produtivas e a uniformização da paisagem; iii) a integração de agricultores familiares e produtores de pequeno, médio e grande portes; iv) o não estabelecimento de plantios em áreas de populações tradicionais, indígenas e quilombolas sem o seu livre, prévio e informado consentimento; v) a adoção de relações de trabalho pautadas pelo respeito, confiança, comprometimento e respeito às normas da legislação trabalhista. Contudo, “os critérios de monitoramento do compromisso nunca foram estabelecidos oficialmente e hoje muitas das empresas que assinaram o Protocolo sequer lembram que o mesmo existe” (HOMMA; VIEIRA, 2015, p. 93).

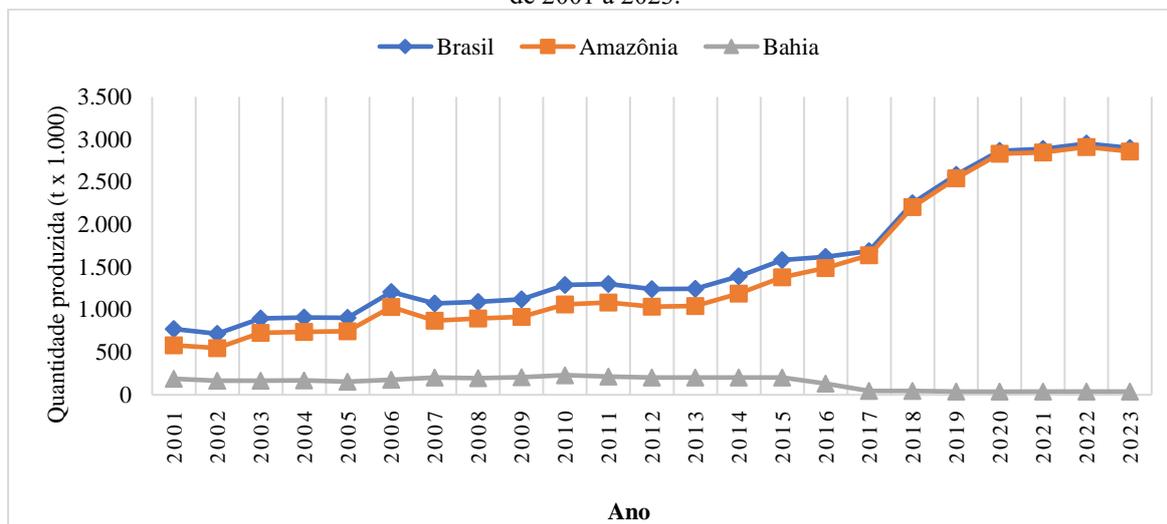
Analisando a evolução da produção de dendê no Brasil, no período de 2001 a 2023, observa-se que enquanto a Amazônia experimentou um crescimento de cerca de 500%, o estado da Bahia teve um aumento de produção de apenas 21%, fazendo com a produção de dendê oriunda da Amazônia, no ano de 2023, representasse cerca de 99% da produção nacional (Figura 6).

Neste período, observa-se uma nova configuração entre os estados produtores de dendê na Amazônia, agora com participação dos estados do Acre, Amazonas, Roraima e Pará (Figura 7). Sendo que o Pará se manteve como o principal produtor de dendê na Amazônia brasileira, respondendo por 99,8% da quantidade total produzida na região, o que correspondeu a 33.123.720 toneladas de cachos de dendê, e experimentou um crescimento de cerca de 500% em relação ao ano de 2001 (Figura 8).

Nesse período, 2001 a 2023, um total de 34 municípios contribuíram para a produção de dendê do estado do Pará, a saber: Abaetetuba, Acará, Aurora do Pará, Baião, Bonito, Bujaru, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Concórdia do Pará, Curuçá, Garrafão do Norte, Igarapé-Açu, Inhangapi, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Maracanã, Marapanim, Moju, Nova Timboteua, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Tailândia, Terra Alta, Tomé-Açu e Vigia. . Destes, dez municípios foram responsáveis por 94% do total da

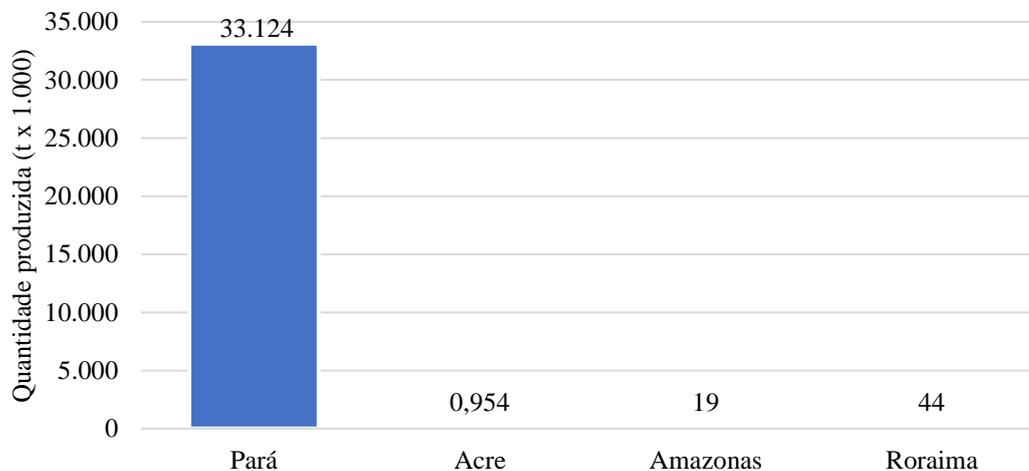
produção (Figura 9), com destaque para o município de Tailândia que apresentou no período uma produção de 11.551.104 toneladas de cachos de dendê.

Figura 6 – Evolução da produção de dendê na Amazônia em comparação com o Brasil e o estado da Bahia, no período de 2001 a 2023.



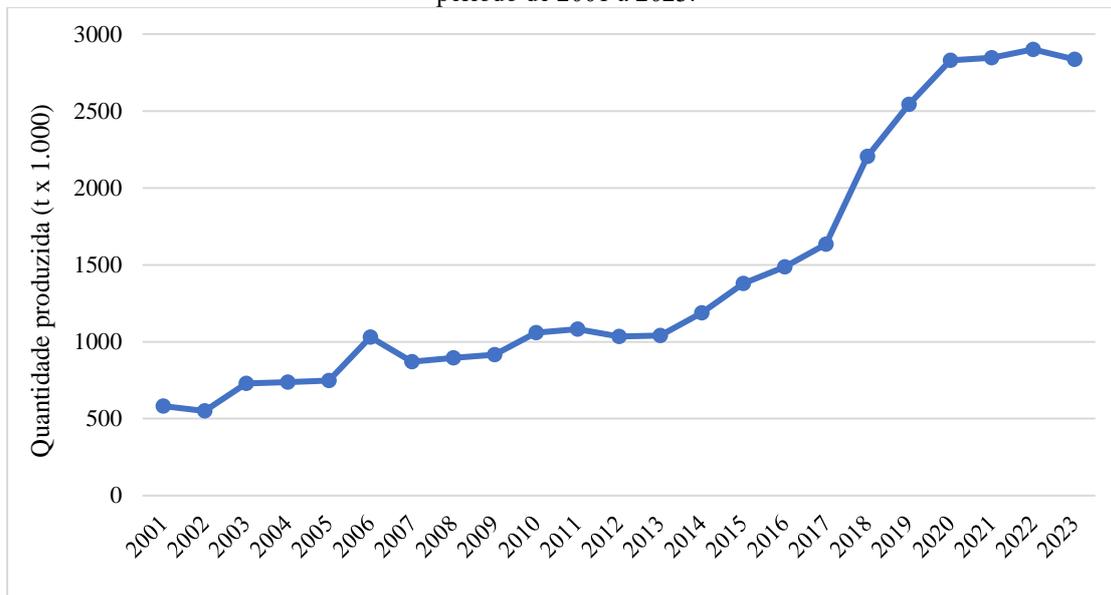
Fonte: Autores (2025) a partir de dados de IBGE Sidra (2025)

Figura 7 – Comparação da produção de dendê entre os estados produtores da Amazônia, no período de 2001 a 2023.



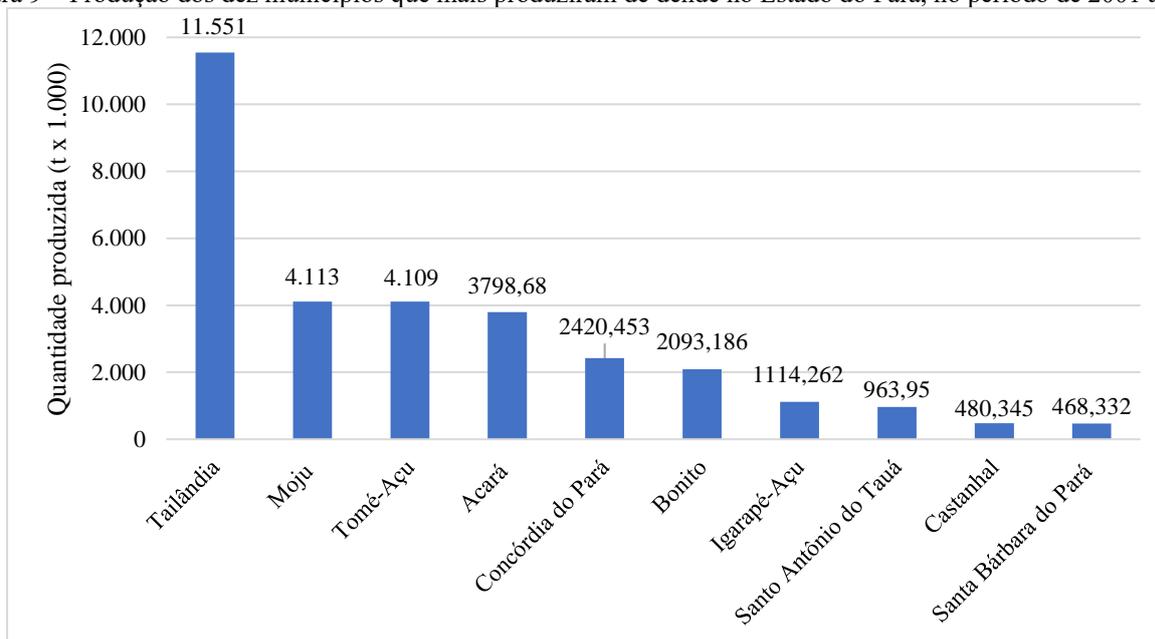
Fonte: Autores (2025) a partir de dados de IBGE Sidra (2025)

Figura 8 – Evolução da produção de dendê no estado do Pará, em comparação com o Brasil e o estado da Bahia, no período de 2001 a 2023.



Fonte: Autores (2025) a partir de dados de IBGE Sidra (2025)

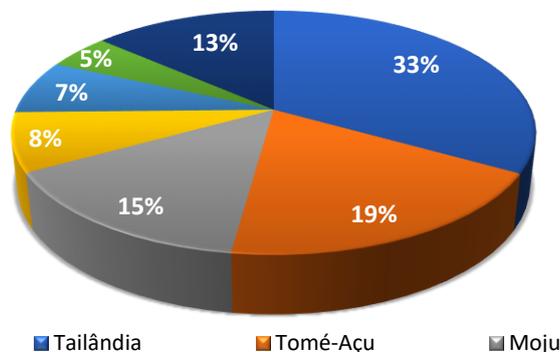
Figura 9 – Produção dos dez municípios que mais produziram de dendê no Estado do Pará, no período de 2001 a 2023.



Fonte: Autores (2025) a partir de dados de IBGE Sidra (2025)

No ano de 2023, o estado do Pará teve uma produção estimada de 2.835.049 toneladas de cachos de dendê, oriundos de trinta municípios. Destes, seis municípios apresentaram produção superior a 100 mil toneladas e correspondem juntos a 87% (2.452.232 toneladas) da produção do estado, a saber: Tailândia, Tomé-Açu, Moju, Concórdia do Pará, Acará e Bonito (Figura 10).

Figura 10 - Produção de dendê por município do estado do Pará, no ano 2023.

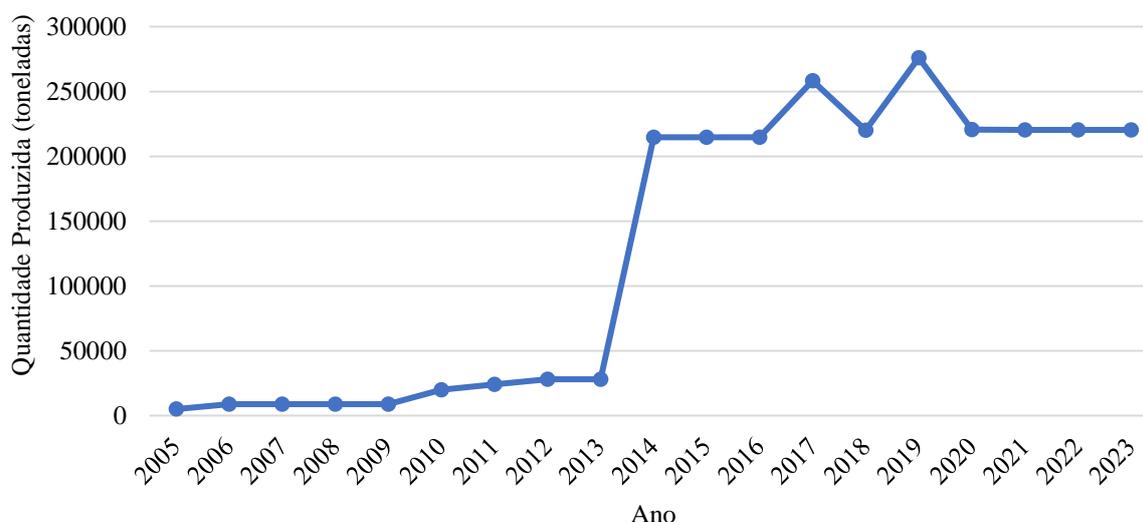


Fonte: Autores (2025) a partir de dados de IBGE Sidra (2025)

3.1 A TRAJETÓRIA DA EXPANSÃO DA CULTURA DO DENDÊ NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ

A análise dos dados de produção anual de cachos de coco de dendê no município de Concórdia do Pará (Figura 11) indicam que ela teve início no ano de 2005, com uma produção ainda incipiente de 5.000 toneladas. Nos anos seguintes, o município experimentou um crescimento acelerado na produção, apresentando um aumento de 560% no período de 2005 a 2013, quando alcançou uma produção de 28.000 toneladas. Seguido de um aumento de mais de 700% em apenas um ano, quando passou das 28.000 toneladas registradas em 2013 para 214.800 toneladas no ano de 2014.

Figura 11 - Evolução da produção de dendê no município de Concórdia do Pará, período de 2005 a 2023.



Fonte: Autores (2025) a partir de dados de IBGE Sidra (2025)

Contudo, a partir de entrevistas e análise de documentos diversos de Sindicatos e Órgãos Públicos do município Concórdia do Pará é possível identificar duas questões-chave: 1) a produção inicial de dendê se neste município tem por base a agricultura empresarial; 2) um arranjo institucional em vistas da consolidação do processo de produção de dendê neste município nasce ainda no final do século XX, a partir do movimento dos agricultores, e se consolida com as políticas do governo federal.

Para ter ideia, no final de década de 1980 alguns agricultores familiares que residiam na então vila Concórdia do Pará, começaram a participar das discussões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Bujaru, Pará, que já integrava a ampla discussão que vinha acontecendo no estado do Pará sobre a ausência de políticas públicas para a agricultura familiar, especialmente para os pequenos agricultores, visto que, percebia-se que os incentivos governamentais nesse período sempre eram voltados para a agricultura empresarial. Não obstante para Benetti (1994), havia uma distribuição do crédito rural altamente concentrada nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, onde o setor da agricultura familiar se encontrava evolutivamente à margem desse processo.

Estas articulações contribuíram para a criação no ano de 1989 Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Concórdia do Pará, como também a Associação dos Trabalhadores Rurais de Concórdia do Pará, como resultado dos cursos de formações e das discussões com os membros da Comissão Pastoral da Terra que enfatizavam a importância da organização dos agricultores rurais na luta por direitos.

Tais discussões culminaram na criação do *Grito da Terra Pará*, movimento social coordenado pela Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI-PA). Iniciado em 1992, com sua primeira edição realizada em Marabá (PA), o movimento posteriormente integrou-se ao *Grito da Terra Brasil*², iniciativa nacional organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e suas federações estaduais. Após a realização do Grito da Terra Pará, em 1992, o movimento sindical de Concórdia do Pará, em articulação com membros do Partido dos Trabalhadores e agricultores rurais, decidiu organizar, no âmbito municipal, o Grito da Terra Concórdia. O objetivo principal da mobilização era reivindicar a elaboração e implementação de uma política pública efetiva voltada à agricultura familiar.

Entre as principais demandas do Grito da Terra Concórdia estavam, além do acesso facilitado a financiamentos bancários para os agricultores familiares, a necessidade de investimentos em infraestrutura, particularmente na pavimentação asfáltica da rodovia PA-140. Esta rodovia, à época

² O primeiro Grito da Terra Brasil foi organizado em 1995 e teve como saldo imediato a criação de uma linha de crédito no valor de R\$ 1,5 milhão para a agricultura familiar. Desde então as FETAGRIS também promovem os Gritos da Terra Estaduais, que negociam com os governos estaduais a pauta de reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

uma estrada de chão, era a única via terrestre disponível para o escoamento e comercialização dos produtos oriundos tanto da agricultura familiar quanto da empresarial. A falta de pavimentação causava frequentes atolamentos de veículos, especialmente durante o período chuvoso, comprometendo de forma significativa a logística de transporte e a comercialização da produção agrícola local.

Destaca-se, ainda, a expressiva participação da juventude ligada ao Partido dos Trabalhadores e do Movimento de Jovens da igreja católica nesse processo reivindicatório. A atuação desses grupos evidenciou o engajamento social da juventude frente aos problemas estruturais da região, uma vez que, no período do inverno, a referida rodovia tornava-se praticamente intrafegável, gerando inúmeros transtornos à população que dela dependia.

É preciso ressaltar que historicamente, o solo do município de Concórdia do Pará tem favorecido o desenvolvimento e a permanência da agricultura de subsistência, com destaque para a produção de farinha de mandioca, reconhecida como o principal produto regional. Paralelamente, a extração de madeira de lei desempenhou, durante décadas, papel central na economia local, sendo intensamente explorada em virtude de sua importância comercial. A diversificação econômica foi estimulada pela chegada de imigrantes, como nordestinos e japoneses, sendo estes últimos os que introduziram e promoveram o cultivo da pimenta-do-reino, atividade que, por um período, adquiriu expressiva relevância econômica no cenário municipal e estadual. Tal fato pode ser evidenciado em autores como (NAHUM; SANTOS, 2016, p. 285):

Trata-se de áreas antropizadas até 2007, pois antes a microrregião de Tomé-Açu conheceu outros produtos e atividades em função das quais reproduziu a dimensão espacial da vida cotidiana. A extração de madeira, pecuária extensiva, a cultura da pimenta, da mandioca, fruticultura, entre outras, possibilitaram aos municípios ter na agropecuária um forte setor de seu PIB [...].

Neste sentido, identificamos que a proposta da introdução do plantio do dendê na agricultura familiar e na agricultura empresarial em Concórdia do Pará foi estimulada pela prefeitura municipal, a qual, a partir de visitas realizadas no ano de 1999 aos municípios de Santo Antônio do Tauá e Santa Isabel do Pará, que já desenvolviam a cultura da plantação de dendê, começou a introduzir nas reuniões com agricultores, sindicatos e associações a possibilidade do desenvolvimento desta atividade. Para os gestores municipais a implementação da dendeicultura seria uma alternativa de emprego e renda para a população.

Historicamente o município de Concórdia do Pará surgiu em um contexto de reorganização espacial, marcado pela predominância da exploração madeireira e da agricultura familiar, elementos

centrais da economia local. A intensificação dessas atividades atraiu fluxos populacionais e ampliou a influência territorial do núcleo urbano, que demandava diversificação das oportunidades de emprego, não restritas ao setor público (XXXXX).

Cabe destacar que a extração de madeira de lei exerceu, por décadas, um papel fundamental na economia regional, sendo intensamente explorada devido ao seu valor comercial. E na década de 70 existiam em funcionamento na sede da vila mais de 07 serrarias para o beneficiamento da madeira extraída no vilarejo. No entanto, essa atividade entrou em declínio ao longo do tempo, ocasionando impactos ambientais significativos, em especial o desmatamento da cobertura vegetal no município. Dessa forma, a introdução da dendeicultura surge como uma proposta estratégica para mitigar os efeitos socioeconômicos e ambientais decorrentes do esgotamento do modelo anterior, alinhando-se à necessidade de sustentabilidade e diversificação produtiva.

Desta forma, o cultivo do dendê pelos agricultores familiares de Concórdia teve início no ano de 2006, quando a parceria que entre o setor privado e o poder público municipal e estadual, viabilizou a doação de sementes de dendezeiro para a produção de 60.000 (sessenta mil) mudas. Como parte dessa cooperação interinstitucional, ficou estabelecida ainda a alocação de um técnico da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI) no município, responsável por fornecer orientações técnicas especializadas sobre o processo de produção de mudas. O planejamento da Associação dos Trabalhadores Rurais (ASTRUC) prevê o cadastramento dos agricultores interessados no cultivo, com posterior doação das mudas em momento oportuno, assegurando, assim, a implementação efetiva do plantio.

Nesse período, com o apoio da SAGRI e a Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará (PMCP), foi implantado um viveiro de mudas de dendê na comunidade do Jenipaua, localizado a cerca de 10 KM da sede do município de Concórdia do Pará, em parceria com a associação ASTRUC, onde os agricultores rurais entravam efetivamente com a mão de obra. Contudo, no decorrer do processo de efetiva atividades dos cuidados no viveiro de mudas do dendezeiro os associados rapidamente constataram a falta de estrutura física e de recursos financeiros necessários para atingir a meta de produção de sessenta mil mudas do dendezeiro para serem distribuídos aos agricultores associados. Diante dessas constatações, após intensas discussões entre os associados e o governo municipal sobre quais providencias tomar para evitar a perda das mudas. Os principais atores envolvidos com a produção de mudas optaram por ceder as mudas que já se encontravam em estágio adequado de plantio a empresários que acabaram por instalar sua filial da produção de dendê no município de Concórdia do Pará.

Conforme destacado por um dos entrevistados, a implantação da agricultura patronal e a inserção na agricultura familiar no município representou um marco importante na geração de emprego e na melhoria da renda da população local, conforme o relato abaixo:

A partir de 2010, com a chegada da empresa Biovale ao nosso município e a realização da parceria com o poder público local para introduzir a dendeicultura na agricultura familiar, eu vi como um renascimento da esperança. Foi o encorajamento que nós, agricultores, estávamos precisando. Surgiu, então, a possibilidade de uma nova fonte de renda para nossas famílias. E, de fato, dessa vez, nós plantamos o dendê. De 2010 até os dias atuais, muita coisa evoluiu aqui no município. Muitas pessoas conseguiram emprego e vários agricultores conseguiram melhorar sua renda. (Entrevistado 01).

Além disso, associados da ASTRUC também plantaram dendê em um terreno de propriedade da associação para ser utilizado como campo experimental para os agricultores observarem na prática todos os tratos culturais do dendezeiro, desde o plantio até a colheita, com o objetivo de garantir o bom desenvolvimento da planta. Foi constatado pelos agricultores que ente três e quatro anos o dendezeiro começou a produzir.

Vale destacar que a partir de 2008, iniciou-se um processo de compras de terras para instalação de uma nova empresa de produção de dendê no município de Concórdia. Por conta de legislações vigentes, o cultivo de dendê deveria ocorrer preferencialmente em áreas degradadas, o que fez com a referida empresa atuasse na compra das principais fazendas do município.

De acordo com Ribeiro (2017), especificamente após o lançamento do PSOP houve um aumento considerável da plantação do dendezeiro no território do Nordeste paraense, especificamente na microrregião de Tomé Açu, da qual Concórdia do Pará faz parte. Que de certa forma foi referendado pelo Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo que definiu que essa região estava dentro das áreas que continha às condições climáticas favoráveis para o plantio. A partir disso, no entender de alguns estudiosos como Backhouse (2012), houve um notório aumento do preço da terra e a intensificação da especulação fundiária nessa região específica do Estado.

Durante o processo de implantação do projeto de dendeicultura empresarial, iniciou-se as audiências públicas para discutir introdução da dendeicultura na agricultura familiar, sendo realizadas várias reuniões algumas no prédio da Câmara Municipal de vereadores e outras no salão paroquial da igreja católica. Essas audiências públicas contaram com a presença do poder público municipal (Prefeito Municipal, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de planejamento); de representantes das empresas; da sociedade civil organizada através do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Concórdia do Pará (STTR); e da Associação de Remanescentes de Quilombo Nova Esperança de Concórdia(ARQUINEC); da

Associação dos Remanescentes do Quilombo do Campo Verde em Concórdia do Pará (ARQUIC); e de diversos outros cidadãos interessados na temática.

Durante a realização dessas audiências houve intensos e acalorados debates, pois no geral eram enumerados apenas as vantagens da inserção de dendeicultura na agricultura familiar. Segundo informações, os agricultores residentes nos territórios quilombolas em todas as audiências sempre reafirmavam suas preocupações com a segurança alimentar, com os impactos socioambientais, entre outros problemas que no futuro a população do município iriam enfrentar, baseando-se sempre nos perigos que as monoculturas trazem em seu bojo.

Conforme evidenciado pelas entrevistas realizadas, há consenso entre os agricultores rurais de que sua inclusão no projeto de dendeicultura no município de Concórdia do Pará ocorreu mediante contrato firmado com a empresa BioVale. Esta empresa foi constituída em 2008 como uma *joint-venture* entre a canadense Biopalma e a mineradora Vale. Em 2011, o Grupo Vale assumiu o controle acionário da Biopalma, consolidando a empresa sob a denominação oficial de BioVale, então integrada ao portfólio do referido grupo.

O processo de adesão dos agricultores foi conduzido diretamente por representantes da BioVale, sem intermediação de terceiros. O contrato estabelecido definiu as normas da parceria, destacando-se três obrigações centrais por parte da empresa: (i) a garantia de compra da totalidade da produção das famílias contratadas; (ii) a prestação de assistência técnica especializada; e (iii) o fornecimento dos insumos necessários, incluindo mudas e demais recursos para o cultivo.

Para mim, a chegada desse projeto do dendê voltado para a agricultura familiar foi muito importante. Se não fosse o dendê, eu não sei o que teria sido da minha vida, pois a produção de farinha de mandioca não dava dinheiro suficiente para eu manter minha família com tudo o que a gente precisava. (Agricultor 02).

Nesse contexto o financiamento foi disponibilizado pelo Banco da Amazônia (BASA), através do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), criado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e pelo Banco do Brasil. É preciso ressaltar que inicialmente foram poucos os agricultores que se decidiram pela introdução da cultura do dendezeiro nas suas propriedades. Mas após a vinda do Presidente Lula a Tomé-Açu lançar o “*Programa Nacional de Estímulo à Produção de Óleo de Palma*”, que teve o objetivo atrair o agricultor familiar da região para a cultura do dendê, é que de fato os agricultores mostraram-se dispostos a plantar o dendezeiro.

Identificou-se que o projeto do dendezeiro na agricultura familiar em Concórdia do Pará teve início com apenas vinte e cinco agricultores que tiveram seus projetos aprovados pelo banco financiador; esta ressaltou que foram cadastrados aproximadamente 300 projetos no Banco, porém

foram financiados apenas os que estavam com toda as documentações corretas exigidos pelas Instituições financeiras.

De acordo com o recadastramento realizado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), conforme estabelecido pela Portaria nº 6174/2024, o município de Concórdia do Pará contabiliza atualmente 64 agricultores familiares diretamente envolvidos com o cultivo do dendê. Esses dados atualizados demonstram a expressiva participação da agricultura familiar na cadeia produtiva da dendeicultura local, refletindo a consolidação dessa atividade como fonte significativa de renda e ocupação no território.

4 CONCLUSÃO

Com os dados apresentados neste trabalho, conclui-se que a expansão da monocultura do dendê no estado do Pará e no município de Concórdia do Pará se deu a partir da ação de planejamento e estruturação do próprio Estado, que ao criar planos e programas para viabilizar o desenvolvimento da região, foi fundamental para fazer a produção do dendê alcançar a condição de agronegócio que se evidencia nos dias de hoje. Neste processo, o PSOP foi a política de maior relevância, ao passo que estimulou o aumento da monocultura de dendê na região, colocando o Pará como o maior produtor brasileiro de dendê.

No município de Concórdia do Pará, apesar da monocultura de dendê ter iniciado no final do século passado, foi apenas na primeira década do século XXI que este sistema de produção teve uma larga expansão. Esse fato se deu em função de um arranjo institucional articulado por órgãos públicos locais, os quais promoveram a implantação da dendeicultura como estratégia de geração de renda para agricultores familiares.

Em meio a este contexto, faz-se necessários estudos para avaliar a importância da monocultura de dendê como estratégia econômica regional, ao mesmo tempo em que revelam desafios relacionados à participação social e ao acompanhamento dos impactos socioambientais decorrentes da rápida expansão desse modelo agroindustrial

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; ALVES, Rômulo Romeu da Nóbrega (Org.). **Métodos de pesquisa qualitativa para Etnobiologia**. 1.ed. Recife: Nupeea, 2021.

BARCELOS, Edson; RODRIGUES, Francisco Mendes; MORALES, Eduardo Alberto Vilela. **Dendencultura: alternativa para o desenvolvimento sustentável no Amazonas**. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 1999. 19p.

BECKER, Bertha Koiffmann. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, 2001.

BIANCHINI, G. **A sombra do dendê: grandes marcas internacionais compram óleo de palma brasileiro proveniente de operações ligadas a violência, tortura e fraude fundiária**. Global Witness, 2022. Disponível em https://gw.cdn.ngo/media/documents/A_Sombra_do_dende_-_Setembro_2022.pdf. Acesso em 20 de jan. 2024.

DAMIANI, Sandra; GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira; MONTALVÃO, Maria Tereza Leite; PASSOS, Carlos José Sousa. “Ficou só Chão e Céu”: Dendencultura e Impactos Socioambientais sobre Território Tembê na Amazônia. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, 2020.

DOMINGUES, Mariana Soares; BERMANN, Célio. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 2, 2012.

FEARNSIDE, Philip Martin. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Vol. 1. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FEARNSIDE, Philip Martin. Como sempre, os negócios: o ressurgimento do desmatamento na Amazônia brasileira. In: Fearnside, P.M. (ed.) **Destruição e Conservação da Floresta Amazônica**. Vol. 1. Manaus: Editora do INPA, 2020. p. 363-368.

FERREIRA, D.; ANDRADE, P.M.; SILVA, S.F.S. Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil - Avanços e Desafios. In: CONGRESSO DA REDE BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE BIODIESEL, 7, 2019: Florianópolis, SC, **Resumos...** Florianópolis: Costão do Santinho, 2019. 887-888

FREITAS, W.D. O planejamento regional brasileiro no fim século XX: os eixos nacionais de integração e desenvolvimento. **Revista Territorial**, v. 1, n. 1, p. 47-72, 2012.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? **Estudos Avançados**, n. 19, v. 54, p. 115-135, 2005.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; VIEIRA, Ima. Colóquio sobre dendezeiro: prioridades de pesquisa econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, v. 10, n. 20, p. 87-98, 2015.

LIMA, Marcela de Oliveira. Amazônia, uma história de impactos e exposição ambiental em paralelo à instalação de grandes empreendimentos na região. **Rev Pan-Amaz Saúde**, Ananindeua, v.7, n.2, p. 9-11, 2016.

LIMA-JUNIOR, Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.44, 2021, p.36-51.

MELO, Matheus Luan Nascimento; BERRETA, Márcia dos Santos Ramos. As implicações no espaço territorial do município de Tailândia decorrentes das políticas de estado para o desenvolvimento da Dendencultura na Amazônia paraense. **Revista Macambira**, v. 8, n. 1, p. 1–27, 2024.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; Coelho, Maria Célia Nunes. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, v.7, n. 1, p.91-122, 2004.

MÜLLER, Antônio Agostinho. **A cultura do dendê**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1980. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/15441929.pdf> Acesso em 18 de jun. 2025.

MÜLLER, Antônio Agostinho; FURLAN-JÚNIOR, José; CELESTINO-FILHO, Pedro. **A Embrapa Amazônia Oriental e o Agronegócio do Dendê no Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2006.

MÜLLER, Antônio Agostinho.; VIEGAS, Ismael de Jesus Matos; CELESTINO-FILHO, Pedro; SOUZA, Lindaurea Alves de; SILVA, Hércules Martins e. **Dendê: problemas e perspectivas na Amazônia**. Belém: EMBRAPA-UEPAE, 1989.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Impactos socioambientais da Dendencultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. **ACTA Geográfica**, Edição Especial, p. 63-80, 2013.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. A Dendencultura na Amazônia paraense. **Geosp - Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 2, p. 281-294, 2016.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Leonardo Sousa dos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Formação da Dendencultura na Amazônia paraense. **Mercator**, v. 19, 2020.

NASS, Luciano Lourenço; PEREIRA, Pedro Antônio Arraes; ELLIS, David. Biofuels in Brazil: an overview. **Crop Science**, v. 6, n. 47, p. 2228-2237, 2007.

SANTOS, Amanda Karolina S.; SILVA, Jonas da Conceição. O conflito socioambiental e a gestão da terra pública: monocultura de Palma versus comunidade do Vale do Acará - PA. In: FARIAS, André Luís Assunção de (Org.). **Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos impactos e conflitos socioambientais**. Guarujá: Científica Digital, 2023. p. 48-56,

OUSA, R.B.; MACEDO, C.O. Implicações socioambientais entre camponeses e o agronegócio do dendê no nordeste paraense. **Estudos Geográficos**, v. 17, n. 1, p. 256-278, 2019.